

**ATA Nº 72 – 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
(CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 22 de março de 2016

Local: Auditório – Campus Bagé

Horário: 9h55

Participantes: o Presidente Marco Antonio Fontoura Hansen, o Vice-Presidente Maurício Aires Vieira; os Diretores das Unidades: Gustavo Fuhr Santiago, Fernando Junges, Aline Lopes Ballares, Fernando Zocche, Cleber Maus Alberto, Ana Cristina da Silva Rodrigues, Daniela Vanila Nakalski Benetti, Ronaldo Bernardino Colvero, Valdir Marcos Stefenon e João Cleber Theodoro de Andrade; a Representante da Comissão Superior de Ensino, Carmen Lia Remedi Fros; os Pró-Reitores: Evelton Machado Ferreira, César Augustus Techemayer, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, Alessandro Gonçalves Girardi, Ricardo Howes Carpes, Sandro Burgos Casado Teixeira e Nádia Fátima dos Santos Bucco; os Docentes: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves, Carlos Maximiliano Dutra, José Acélio Silveira da Fontoura Júnior, José Pedro Rebés Lima, Mario Jesus Tomas Rosales, Miriane Lucas Azevedo, Renato José da Costa, Ricardo Machado Ellensohn e Sérgio Meth; os Técnicos-Administrativos: Denis Jeferson Pereira Cobas, Diogo Alves Elwanger, Milena Skolaude Carvalho e Saulo Menna Barreto Dias; o Discente Cainã Lima Costa e o Representante da Comunidade Externa Vicente Majó da Maia.

Registramos as ausências, sem justificativa, dos conselheiros: Marta Iris Camargo Messias da Silveira, Raniere Santos Dourado e Ana Eveline Viana Marinho.

1. O Presidente iniciou a Reunião empossando os novos conselheiros: Aline Lopes Balladares, Diretora do Campus Caçapava do Sul; Gustavo Fuhr Santiago, Diretor do Campus Alegrete e Carmen Lia Remedi Fros, Representante da Comissão Superior de Ensino.

2. **Assunto:** Informações da Reitoria

2.1 O primeiro informe foi sobre a reunião da ANDIFES, quando estavam presentes 63 representantes das universidades federais. Nessa reunião solicitaram aos Reitores que tivessem um olhar de inclusão social com os refugiados que estão no país.

2.2 O Presidente iniciou com os informes da reunião com a Secretaria Executiva do MEC e o Presidente da CAPES, na qual debateram sobre o PIBID, que foi considerado pelas universidades como ação importante. Diante disso, o Presidente da CAPES repassou aos Reitores a responsabilidade de decidirem quais programas sofreriam cortes. Isso resultou na formação de uma comissão da ANDIFES que elaborou um trabalho relacionado com as prioridades. O presidente ainda disse que das 63 universidades, 25 encaminharam as respostas que deram subsídios às escolhas. Esse documento será encaminhado ao MEC.

2.3 Mencionou também a reunião com o Procurador Federal Geral em que trataram das políticas de ações da Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), para as universidades federais e das Ações da ANDIFES no combate ao *aedes aegypti*.

2.4 Sobre a palestra Brasil: Conjuntura e Perspectivas, disse que pensava se tratar de um embate entre bancos, governo e universidades, entretanto, tal encontro resultou em um debate interessantíssimo, embora tendo deixado a todos muito preocupados, uma vez que os três palestrantes chegaram à conclusão que esta é a maior crise econômico-financeira do país. Os mais otimistas preveem a retomada do crescimento somente para daqui a 3, 4 ou 5 anos, considerando esta uma crise de médio prazo que impacta diretamente nos repasses financeiros. O presidente disse que no caso da UNIPAMPA especificamente, dos 4 milhões de reais que deveriam ter vindo, somente 600 mil reais foram recebidos, valor que representa apenas 15%; outras universidades receberam 30%. Mais adiante, explicou o Presidente que, buscou-se a disponibilização de mais 15%, valor, que mesmo tendo sido liberado, não cobriu o total de notas a pagar pendentes. Isto posto, ele informou que algumas instituições já planejam a execução de até 500 demissões nos contratos de terceirizados por exemplo. Por fim, noticiou sobre a questão dos pedidos de demissão voluntária no serviço público federal e, de que não haverá nenhum reajuste ou reposição salarial, conforme ressaltou o governo.

2.5 O Presidente relatou, também, o debate da Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disse que na reunião que discutiu os vetos da referida lei participaram representantes da Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Secretaria de Educação Superior (SESu) e do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES).

2.6 Sobre o Seminário da ANDIFES: Eficiência e Qualidade na Ocupação das Vagas Discentes nas Universidades Federais informou que solicitaram a Matriz de Distribuição ANDIFES, na qual uma comissão já formada estuda mais restrições ao fator financeiro de repasse às universidades, principalmente àquelas que não preencherem as suas vagas e ao final, também, a saída de alunos foi muito diminuta. Isso denota uma perda financeira drástica. Foi traçado um diagnóstico da ocupação das vagas discentes, ações de políticas atuais ao combate à retenção e à evasão com ocupação das vagas e propostas para ocupação das vagas discentes nas universidades federais.

2.7 Na sequência, comentou sobre a 1ª Reunião de 2016 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), que aconteceu em Pelotas nos dias 08 a 10 de março e o encontro do Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES (COGRAD), ocorrido em Brasília. Disse que em ambos houve a participação de Pró-reitores de várias áreas, visto que as temáticas abordadas não foram específicas de uma só Pró-reitoria. Foram destaque algumas temáticas: Apresentações Institucionais, Compromisso Social, Qualidade Acadêmica, Desafio da Gestão das Universidades Públicas, além dos relatos das Comissões: de Modelos, da Coordenação Nacional; lançamento do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; Programa de Bom Uso Energético e Boas Práticas de Gestão; MEC/Secretaria Executiva e MEC/SPO e ANDIFES.

2.8 Também participou da Conferência de 20 anos do Conselho Nacional de Educação que está trabalhando em modificações no Plano Nacional de Educação (PNE).

2.9 Participou, com o Ministro da Educação, de uma reunião do Programa Nacional de Tecnologia (PRONATEC), que já beneficiou 9 milhões e 400 mil

pessoas. Salientou que o país está se destacando internacionalmente com esse Programa, uma vez que vários alunos já receberam medalhas de ouro no setor joalheiro e elétrico, por isso, as IFES pretendem expandir o Programa.

2.10 Comunicou que esteve em reunião com a direção do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para tratar a questão da regulamentação dos cursos da Universidade.

2.11 Também participou de reunião na FAURGS, na qual foi constatada grande complexidade para a Universidade participar da Fundação. Disse que o prazo médio para credenciamento é de 2 anos, com renovação anual, fora todos tais empecilhos, mais difícil ainda é conseguir a aprovação/encaminhamento pelo MEC. O Presidente explicou que se não há essa renovação e entra um projeto, esse fica parado, sem qualquer incentivo até que se regularize a situação perante à Fundação. Entretanto, tranquilizou os conselheiros ao salientar que já estão buscando orientações na CONJUR com relação ao marco regulatório, onde se tenha todo o regramento científico.

2.12 O Presidente lembrou que participa, na ANDIFES, do Plano de Desenvolvimento das Novas Universidades, em que os reitores dessas Universidades buscam um atendimento diferenciado, pra que não as penalize em alguns aspectos. Sobre a UNIPAMPA, disse o Professor Hansen que já relatou que a Instituição tem vários prédios em situações preocupantes, empresas na iminência de deixar as obras inacabadas por falta de pagamento ou por falta de mão-de-obra especializada, situação essa, que está plenamente documentada e que está sendo levada ao Ministério da Educação (MEC).

2.13 Informou sobre a assinatura de convênios junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do RS, salientando que essa é uma das saídas para a crise, inclusive buscando parcerias internacionais.

2.14 Lembrou o Presidente, que a Universidade vinha sendo apontada pela CGU por não ter um organograma e agora, com o trabalho pronto, já providenciou a entrega deste na SESu, justificando as solicitações de FCCs, FGs e algumas CDs até mesmo para equiparar a UNIPAMPA com universidades menores que possuem um número de gratificações superior ao nosso. Informou que para publicação no Boletim de Serviço faltam apenas alguns detalhamentos, mas que, em breve, será publicado.

2.15 Ainda no MEC, além da participação da UNIPAMPA no combate ao *aedes*, ao *zika vírus* e à *febre chikungunya*, com o apoio da PROEXT foi elaborado um projeto referente ao tema, entregue diretamente ao Secretário.

2.16 Também buscou apoio na Câmara dos Deputados através de emendas parlamentares para o projeto denominado “academias ao ar livre” para ser implementado nos *campi*. Paralelamente, entregou ao Ministro dos Esportes, o projeto de 8 ginásios poliesportivos de médio porte em razão da conjuntura econômica do país. Considerou nesse projeto que Uruguaiana já possui um ginásio, que está sendo reformado e que Santana do Livramento ainda não possui o terreno para a sua construção. Salientou que estes ginásios terão usos diversos, como formaturas, feiras de ciências etc.

2.17 Para o Ministro da Educação (MEC) foi entregue o projeto-piloto completo dos Colégios Universitários, assunto já tratado com seis prefeituras de municípios vizinhos à Caçapava do Sul, que busca aumentar o número de estudantes, ao mesmo tempo em que, os qualifica ainda mais, iniciando o processo de inclusão e desenvolvimento social na região. Salientou que o Ministro ficou muito entusiasmado com o projeto e que, provavelmente, será implantado em todas as Unidades.

2.18 Dando sequência, o Presidente agradeceu aos professores Fernando Junges e Paulo Filho pela parceria com o Campus Bagé, que recebeu o almoxarifado central da Universidade, transferido da Hortec, resultando em uma economia mensal de R\$ 6.500,00, relativo ao aluguel.

2.19 Comunicou a contribuição logística dada pela UNIPAMPA à Seleção Brasileira Paraolímpica que esteve realizando treinamento nas cidades de Bagé, São Gabriel e Santana do Livramento; e que os jogos paralímpicos ocorrerão em agosto ou setembro.

2.20 Outro assunto foi a segunda diligência *in loco* feita pela CAPES para o Mestrado em Engenharia da Computação Aplicada no Campus Bagé. O conselheiro Fernando Junges agradeceu ao Professor Alessandro Girardi, que acompanhou a visita, realizada concomitantemente ao credenciamento institucional que aconteceu nos *campi* Alegrete e Uruguaiana. Explicou que esse Programa foi proposto em 2014, já tramitado pelo CONSUNI. Disse que foram considerados dois aspectos desse Programa: a Computação Aplicada no Agronegócio, em parceria com a EMBRAPA, os avaliadores vieram ver se há realmente projetos realizados entre a Universidade e a EMBRAPA; e o segundo, foi para verificação da infraestrutura. Após análise, o resumo do parecer passado à Coordenação do Programa foi bastante positivo. O Presidente agradeceu o apoio das equipes dos *campi* Alegrete e Uruguaiana e também aos servidores da Reitoria que trabalharam nesse credenciamento institucional. Comunicou solicitação feita à Andifes para que os credenciamentos não aconteçam em diferentes unidades nos mesmos dias, haja vista a dificuldade de atendimento às diferentes equipes do MEC.

2.21 O Presidente deu ciência, aos conselheiros que estão chegando muitas notificações do Ministério Público em relação aos concursos docentes; por essa razão a Gestão estuda a criação de uma comissão permanente e especializada para realizar todos os concursos docentes aqui em Bagé, futuramente. Afirmou que assim, os procedimentos serão todos padronizados e os transtornos minimizados.

2.22 Comentou também sobre a questão da avaliação de inclusão e acessibilidade. Disse que muitas modificações deverão ser realizadas e que aguardam o relatório da avaliadora do MEC. Agradeceu o acompanhamento do Nina, da PROPLAN e dos demais envolvidos no processo de avaliação.

2.23 Informou que o MEC deverá rever em todas as universidades federais a questão de alocação de docentes nas instituições, as distribuições dos cargos de CDs, FCCs e FGs para redistribuição. Salientou que teve acesso à parte desse estudo que ainda não foi distribuído às IFES. Falou da preocupação do Ministério em relação a docentes que lecionam dois componentes curriculares, pois esses não atingem oito horas efetivas de atividades. Disse que a matriz de distribuição de professores é de 10,5 horas/aula e que, se há alguém dando menos horas/aula, obviamente, há alguém sendo sobrecarregado. Lembrou aos diretores que esse assunto já havia sido tratado e pediu especial atenção para que ninguém se prejudique.

2.24 Comunicou que em razão da economicidade as formaturas em Gabinete deverão acontecer nos *campi*. Deverá ser emitida autorização aos diretores para efetuarem essas formaturas.

2.25 Outro comunicado foi sobre a reunião no DENIT em Porto Alegre, e a provável reunião em Brasília para tratarem do asfaltamento e acessos aos *campi*. Lembrou que o acesso ao Campus Bagé está sendo feito pela iniciativa privada e por uma emenda parlamentar.

2.26 Em Brasília também participou de reunião com o IPHAN, ocasião na qual trataram sobre o Centro de Interpretação do Pampa, em Jaguarão. Disse que em breve o superintendente do Instituto virá a Bagé para definirem a condução daquela obra, além de outras obras que mereçam cuidados em parceria com as prefeituras.

2.27 Com relação à jornada flexibilizada, o Presidente informou que a Comissão comprometeu-se de no prazo de 10 dias entregar uma simulação dos *campi*, pois o número de servidores modificou. Explicou que esse levantamento permitirá que haja isonomia, ou seja, que todos os setores beneficiados tenham a implantação simultânea e já com as escalas de trabalho definidas. Após a implantação dessa jornada uma comissão deverá fazer o acompanhamento nos setores ao longo do primeiro ano.

2.28 Informou também que dos dias 4 a 9 de abril acontecerá uma ação nacional contra o *zika vírus*, salientando que haverá premiações do Governo com o intuito de motivar pessoas com projetos de pesquisa, de extensão e de ensino com a divulgação do problema e o que pode ser feito para evitar essas situações.

2.29 A respeito das formaturas, o Presidente informou que está tratando com todas as direções das Unidades, vendo o que é prioridade tendo como base uma matriz que será informada às equipes com todo o detalhamento.

2.30 Na sequência o Pró-reitor de Administração, Evelton Machado Ferreira comentou sobre a escassez de financeiro ocasionada pelos cortes feitos pelo Governo Federal, o que obriga a PROAD a fazer escolhas de pagamento. Atualmente estão priorizando o pagamento dos serviços terceirizados. Cientificou que, até o momento, o montante de notas liquidadas e sem repasse financeiro para pagamento está em torno de R\$ 4.900.000,00. Disse que a Gestão contata semanalmente o MEC solicitando a liberação de recursos para a Universidade.

2.31 Continuando, o Pró-Reitor de Planejamento, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, comentou sobre as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela Instituição. Informou que na Reunião de Dirigentes foi apresentada a real situação que a Universidade está vivendo, com dados sobre as obras e a situação com as empresas que ainda estão trabalhando. Ressaltando a fala do conselheiro Evelton sobre as dificuldades do financeiro, disse que no orçamentário não está diferente e que isso vem acontecendo desde outubro de 2015, quando do Decreto 8.540, que estabeleceu medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviço, entre outros dispositivos. Falou da publicação da Portaria 67 do MPOG, que impõe limites de despesas sobre bens e serviços. Informou que o orçamento da LOA, aprovado e sancionado pela Presidente da República está com contingenciamento de 20% no Custeio, o que é muito preocupante, pois a Instituição já iniciou o ano com um déficit orçamentário na ordem de mais de 20 milhões de reais, o que é uma situação sem precedentes na UNIPAMPA. Disse que estão trabalhando na busca de liberações dos contingenciamentos, mas que o Governo Federal trabalha de forma verticalizada, o que é bastante difícil. Explicou que dos 84 milhões de reais previstos no PLOA para a manutenção da Universidade foi recebido somente 55 milhões, ocasionando, assim, um déficit, obrigando-nos a rever todos os contratos existentes, por exemplo. Disse que esse assunto foi tratado no FORPLAD e que essa é uma realidade de quase cem por cento das universidades federais do país, não sendo exclusivamente da UNIPAMPA. Salientou que embora sejamos uma Instituição pública devemos buscar outras formas de manutenção. Lembrou também, que as crises são cíclicas e que cabe a todos estabelecer o rumo que será dado por esta Instituição para que em outras crises não se passe por um contingenciamento tão grande. Enfatizou que a gestão trabalha na busca de outros caminhos que viabilizem o impulso que a

Instituição necessita. Lembrou que, pelo PLOA, precisaríamos de três a quatro milhões mensais para um bom funcionamento e que não estamos recebendo nem mesmo um financeiro que se aproxime desse valor. Sobre as obras disse que a grande maioria dos cronogramas está atrasada e que estão aplicando multas, sancionando as empresas, entretanto, se as empresas não recebem em dia, infelizmente, não há muita coisa a ser feita. Disse ainda que três obras têm previsão de término, porém sem qualquer condição de se colocar um posto de agente terceirizado e que talvez seja necessário adotarem o caminho inverso. O conselheiro explicou a diferença entre orçamento e financeiro. Enquanto o primeiro é empenhar, contingenciar, o segundo é o recebimento do dinheiro e o pagamento das notas empenhadas. Reforçou o comentário sobre o FORPLAD, quando saíram de lá com a certeza de que é necessário investir na captação de recursos externos. Complementando, o Presidente disse que estão trabalhando para que os Dirigentes das Unidades, nesta Gestão, tenham voz ativa na Matriz de Custeio e na Matriz Orçamentária por uma Universidade única. Agradeceu às equipes de todas as Pró-reitorias que não medem esforços no desempenho das suas funções.

2.32 A conselheira Nádia Bucco apresentou o resultado dos primeiros cem dias à frente da Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Agradeceu às equipes dos *campi* pela instituição das comissões locais e pelo trabalho no programa de combate ao *aedes aegypti*. Lembrou que já havia informado que o Ministério chamou todos os Pró-reitores de Extensão do país pela capilaridade por entender que atinge mais de 60 milhões de pessoas. Disse que emanaram dessa reunião as atividades que precisavam ser desenvolvidas em todas as IFES do país e na Educação Básica. Agradeceu mais uma vez a mobilização das comissões locais sem as quais a PROEXT não teria conseguido efetivar o trabalho. Agradeceu também a equipe da Pró-reitoria que é incansável no desempenho das atividades. Relatou também que a equipe vem trabalhando nos dados para o Relatório de Gestão que deverá ser apresentado nos próximos dias. Também participaram do credenciamento da Universidade nos *campi* Alegrete e Uruguiana. Informou que os editais que eram costumeiramente publicados já estão todos publicados (PDA, PAPEC, PROFEXT e Formação Continuada), além de um edital novo que será publicado nos próximos dias do Concurso Fotográfico, dentro das ações previstas pelo MEC no combate ao mosquito. Solicitou que tão logo aconteça a publicação, as direções incentivem a divulgação nas suas unidades. Sobre o PNE, lembrou que a estratégia 12.7 trata da curricularização da Extensão e que as universidades já estão trabalhando para a regulação desse processo, que implica em um trabalho em todos os PPCs dos cursos de graduação. Salientou que esse trabalho será desenvolvido juntamente a PROGRAD com o entendimento que não haja oneração na carga horária desses PPCs, readequando as ações já desenvolvidas e inseridas, de modo que a comunidade perceba em cada curso qual ação está sendo realizada. Salientou que essa estratégia do PNE é para aproximar o graduando à sociedade na sua área de formação. O tipo de extensão que a Universidade quer para os seus cursos de graduação deverá ser definido em reunião com os Coordenadores Acadêmicos e de cursos. Disse também que a equipe da PROEXT é formada por dez servidores que trabalham com envolvimento total e que sentem a necessidade de reformular a página da PROEXT, mais clara e com mais informações para atrair mais extensionistas. Salientou que há um enorme potencial nas Unidades para trabalharem na extensão, e para essa modificação da página a Pró-reitoria está contando com o apoio do NTIC e da ACS. Informou que estão trabalhando com novos projetos, alguns em fase final. A Comissão Superior de Extensão será convidada a apresentar esses projetos a este Conselho e posteriormente os colegas

da PROEXT, coordenadores de cada um dos projetos virão para apresentação e sanar qualquer dúvida surgida. Comunicou ainda a elaboração da Revista Virtual da Extensão, considerada um importante instrumento para que a comunidade da UNIPAMPA, assim como outras universidades, conheçam os trabalhos que estão sendo desenvolvidos. A ideia é que ao ser lida imediatamente se identifique que é uma revista da UNIPAMPA, na mesma linha usada nos sistemas GURI e CUSCO. Outro projeto em fase de finalização é o da Universidade Sênior que poder ser implantado em todos os *campi*. Esse projeto é caracterizado para pessoas acima de 60 anos e trabalhará com questões próprias dessa faixa etária, sempre com o perfil da extensão no desenvolvimento social, de pessoas. Assim cada Unidade terá a oportunidade de adesão. Salientou que os projetos serão levados à apreciação da Comissão Superior de Extensão e posteriormente, trazidos para discussão mais ampla neste Pleno. Disse que existem duas possibilidades concretas, sendo uma delas, um exemplo de várias universidades, o de fazer uma turma específica para este fim, com duração média de 18 meses. Salientou que não há a pretensão de fazer a formação, já que as pessoas chegam com alto nível de conhecimento. Os sujeitos trabalharão com questões relacionadas ao dia a dia, aos direitos, economia e outras questões possam agregar à vida do idoso. Disse a conselheira que a PROEXT trará o projeto como uma política da extensão e que estão em tratativas com a Gestão, PROGEPE e PROPLAN para que o servidor que se dispuser a ministrar um componente curricular na sua área de formação, agregando ao curso, que tenha, além do certificado da extensão, as suas horas utilizadas para progressão também. A outra possibilidade é o oferecimento de cursos regulares com número de vagas definidas pela coordenação do curso, sem, entretanto, amarrar a um percentual. Porém, se a comissão de curso entender que não há como oferecer vagas que estejam ociosas naquele momento para a Universidade Aberta Sênior, não existe essa obrigatoriedade. Além dos servidores da unidade, o projeto permite que as pessoas da comunidade possam ministrar aulas na Extensão. A Pró-Reitora solicitou ao Presidente que em outra oportunidade os servidores da PROEXT possam utilizar uns 30 minutos da reunião para explanarem mais detalhadamente os projetos e colherem sugestões que são sempre bem-vindas. Afirmou a conselheira, que muitas unidades já fazem isso, mas que esta é forma de dar visibilidade à política do idoso. Sobre o Marco Legal da Ciência e Tecnologia, a Professora Nádia disse que traz um item sobre a prestação de serviços e que um grupo já está trabalhando no assunto, estudando uma maneira da PROEXT contribuir na prestação de serviços. Salientou que muitas universidades federais fazem, através da prestação de serviços, o ingresso de muitos projetos com recursos nessas. Disse que contatou com uma universidade no nordeste que possui mais de 320 projetos com prestação de serviços e que já entregou à CONJUR todo o material para ser analisado. Informou que existem vários projetos na área da cultura e que o “Anima Campus” será apresentado em breve, que é uma oportunidade de abertura mensal do campus para ações culturais, envolvendo a comunidade. Também será fornecido, via web, o curso de Formação de Extensionista. Comunicou que na primeira semana de abril a Comissão Superior de Extensão será convocada a fim de aprovar um calendário de reuniões que serão realizadas sempre por web conferência e para o conhecimento de todos os projetos que estão sendo trabalhados. Também estão finalizando o projeto de Formação de Professores para a Educação Básica desenvolvido com o NInA. O material já está pronto para ser publicado no Boletim da Universidade e na RENEX, que é a Rede Nacional da Extensão. Salientou a Pró-reitora que há um projeto bem audacioso, considerando que nenhuma outra universidade ainda desenvolveu esse projeto, que são os cursos de verão e de

inverno da extensão com creditação: uma opção de curso que alia conhecimento, culturas locais, cuja creditação poderá ser utilizada na pós-graduação, cursos de 40 horas, normalmente. Finalizando, reafirmou o entusiasmo da equipe que está entendendo o papel importante da extensão e que não está somente na frase que é um tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, mas que de fato podem levar à comunidade aquilo de importante que é produzido pela Instituição. Complementando, o Presidente informou que a lei sobre prestação de serviços estabelece somente 8 horas semanais, 420 horas ao ano e que esse trabalho beneficiará com bolsas alunos, TAEs e professores.

2.33 O conselheiro Alessandro Girardi comentou sobre o Marco Legal e disse que o maior desafio no momento é colocá-lo em prática. Esclareceu que sem deixar de realizar ensino, pesquisa e extensão, os laboratórios poderão ser autossustentáveis. Informou que na próxima reunião deste Pleno deverão ser encaminhadas seis novas propostas de mestrado, uma proposta de doutorado, com possibilidade de outra. No momento todas estão tramitando na Comissão Superior de Ensino para envio posterior à CAPES. Ele salientou o crescimento da pós-graduação na Universidade. Lamentou a crise que também atinge os programas de pós-graduação uma vez que ainda não há previsão de liberação do PROAP e disse que, com os escassos recursos a Pró-reitoria tenta manter algumas bancas em apoio a esses programas. Também informou que estão trabalhando antecipadamente nos editais para os cursos de especializações 2017, possibilitando assim uma análise bem tranquila para que aos *campi* se organizem e as matrículas sejam realizadas ainda em dezembro. Na área da Pesquisa, comunicou que regularizaram a questão das importações de equipamentos que já estavam empenhados. Salientou que com a unificação das Pró-reitorias de Pesquisa e a de Pós-graduação algumas modificações serão feitas e que haverá foco no acompanhamento dos projetos desde o início, desde a assinatura do convênio, se houver, implementação e acompanhamento do projeto, procedimentos de compras, se necessários, e atuação também no relatório final. Afirmou que este é um papel que a Pró-reitoria deve assumir junto aos pesquisadores, inclusive minimizando a parte burocrática. Informou que estão reforçando a equipe técnica da parte de gestão de projetos, preparando-os para essa implementação. Disse que é ideia que a homologação de projetos de pesquisa passe por novos critérios a fim de ficar especificado tudo o que o pesquisador deve colocar no processo. Deu ciência da facilitação para compra de material de pesquisa através do Marco Legal, porém os projetos serão, cada vez mais, auditados. Outra informação é que os anais do SIEPE 2015 já estão disponíveis e pediu divulgação para a comunidade acadêmica. Comunicou que estão em contato com a Coordenação do SisBi a fim de qualificarem o Repositório Digital da Universidade, para que todo o conhecimento e toda produção cultural gerados pela Universidade fiquem disponíveis ao público, tanto para *download* daquilo que for gratuito ou mesmo *link* para as publicações, mostrando tudo o que é produzido aqui. Sobre a questão da Inovação, informou que com a unificação das duas Pró-reitorias estão criando a Agência de Inovação, com o papel de incentivar a inovação e o empreendedorismo em todas as áreas e aspectos dentro da UNIPAMPA, englobando o NIT, responsável pelo pedido de registro de patentes. Disse que o Brasil é o 12º produtor de artigos científicos do mundo, entretanto, em termos de inovação ocupa o 70º lugar, significando que a ciência no país não resulta em inovação. Informou que necessitam de pessoas de todas as Unidades para a criação de núcleos de empreendedorismo e inovação, respeitando as especificidades e características de cada local. O Presidente comentou sobre a Comissão de Ciência Inovação e Tecnologia do Senado e do contato mantido com a

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, onde se verificou a oportunidade de participação da UNIPAMPA no consórcio de universidades que terão à disposição um navio de pesquisa com aporte de recursos da Marinha do Brasil. A conselheira Nádia Bucco comunicou que a PROEXT implantou uma nova metodologia para a certificação das extensões, o que resultou em maior celeridade na emissão dos certificados.

2.34 O Pró-Reitor César Techemayer ressaltou que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoal está sendo reestruturada e quando da nova estrutura passará à denominação de Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Nesse processo de avaliação de desempenho dos servidores haverá uma capacitação, provavelmente, entre os dias 29 e 30 de março, para que de 04 de abril a 04 de maio sejam informados os planos de trabalho para avaliação das chefias. Justificou a demora em razão da transição uma vez que o trabalho migrou da PROPLAN para a responsabilidade da PROGESP.

2.35 O Pró-reitor Sandro Burgos relatou as atividades desenvolvidas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários neste primeiro período da nova Gestão. Destacou o trabalho realizado pela equipe da PRAEC nos projetos da Academia ao ar livre e dos Ginásios Poliesportivos e Culturais já entregues no Ministério pelo professor Hansen. Salientou que os *campi* Alegrete, Bagé e Uruguiana, pela grande quantidade de alunos, serão contemplados com duas academias ao ar livre cada um. Explicou que em razão da economicidade tiveram que realizar uma adequação no orçamento dos jogos universitários. O conselheiro Fernando Junges solicitou que se encaminhem às coordenações acadêmicas as orientações das atividades que deverão ocorrer no período dos jogos e SIEPE. Finalizando, o conselheiro Sandro agradeceu ao conselheiro Valdir Stefenon que foi fundamental no diálogo com a empresa que atende o Restaurante Universitário de São Gabriel ajudando a equacionar uma demanda lá existente. Também elogiou a conselheira Ana Cristina que evitou o movimento paredista no RU de Jaguarão.

2.36 O conselheiro Ricardo Carpes iniciou agradecendo aos diretores e aos servidores de todos os *campi* pelo apoio dado à PROGRAD. Também agradeceu à equipe que trabalha na Pró-reitoria pelo empenho em responder as demandas rapidamente, bem como à Gestão e demais Pró-reitorias. Disse que nas próximas reuniões apresentará um planejamento maior da PROGRAD, como já foi apresentado na reunião passada, explicitando o nível de trabalho e todas as atribuições que a Pró-reitoria está exercendo. Disse que na viagem a Brasília para o FORGRAD também foram à Andifes para tratar da evasão e retenção e que é importante o envolvimento de todas as Pró-reitorias nessas questões. Sobre o SiSU-TR, assim chamado pelo Governo, o conselheiro explicou que haverá um estudo sobre a viabilidade do exame na UNIPAMPA para uso de vagas ociosas. A respeito do SiSU 2016, disse que a apresentação poderá ser enviada às direções se assim o quiserem. Foram ofertadas 3.180 vagas nos 64 cursos de graduação. Na chamada regular foram 40.272 inscritos e 974 matriculados. Na chamada de espera foram 14.458 inscritos para 2.224 vagas e desses, 1.826 matriculados. Na chamada por nota, o Pró-reitor disse que foram 1.684 inscritos para 512 vagas ofertadas e até o último dia onze 276 matrículas haviam sido efetivadas. O Pró-reitor comentou que levou essa apresentação ao FORGRAD e que foi questionado sobre a excelente situação da UNIPAMPA, uma universidade nova equiparando-se a várias universidades já consolidadas. A apresentação feita pelo conselheiro passa a fazer parte desta Ata. O conselheiro Renato José da Costa agradeceu a exposição dos dados e perguntou como o Pró-Reitor havia chegado a esses dados, incluindo as análises de cada campus, para que pudesse entender porque alguns cursos têm

mais procura que outros e o que o conselheiro Ricardo Carpes respondeu aos colegas quando perguntaram como a UNIPAMPA tinha conseguido chegar a esses índices. O Pró-Reitor agradeceu pela pergunta e disse que toda a exposição está disponível para os conselheiros. Sobre os índices alcançados o conselheiro Ricardo explicou que na montagem do edital deste ano foram realizadas modificações que originaram excelentes resultados. Um dos fatores que ajudou foi o envio da convocação para o e-mail dos candidatos selecionados, e isso não é usual pelas outras universidades. Na sequência foi feita uma conferência dos e-mails, possibilitando abrir para quem estava na chamada de espera. Tudo isso, disse o Pró-reitor, com muita agilidade, resultou na comunicação entre a Universidade e os candidatos que atenderam o chamamento. Disse que salvo alguma exceção, as datas do Edital foram rigorosamente cumpridas, o que também rendeu um resultado muito positivo. Com relação à chamada por notas, destacou a eficiência das Secretarias Acadêmicas que imediatamente respondiam à PROGRAD possibilitando o contato com os inscritos em até 24 horas. Disse ainda que todo esse cenário de rapidez e margem de segurança no processo possibilitou essa resposta tão positiva. Na reunião em Brasília todos disseram que era muito trabalhoso fazer dessa forma, mas o Pró-reitor explicou que apesar de desafiador o resultado final foi atendido. O Presidente agradeceu o trabalho de todas as Pró-reitorias.

3. Assunto: Informações dos Conselheiros

3.1 O conselheiro Sergio Meth iniciou agradecendo o convívio no Conselho Universitário uma vez que se encerra o mandato dos atuais conselheiros. Agradeceu principalmente aos colegas que foram oposição e que hoje não se fazem presentes. Elogiou a atual Gestão e disse que a UNIPAMPA necessita integrar-se à comunidade a fim de contribuir com o desenvolvimento local. Apontou que as Normas Eleitorais precisam ser revistas assim como muitos outros regulamentos, em um debate. Disse que onde pretende ter muita atuação é na propriedade intelectual. Solicitou constar em ata que a Gestão anterior deixou uma bomba nas mãos dos novos gestores, que é o Programa João de Barro. Um programa destinado a um ou outro estudante e questionou qual será o critério. Disse que isso não pode ser debatido no CONSUNI e denominou de condomínio californiano, que fazem coisas grandiosas sem nenhum debate deixando o problema para resolução de outros. Afirmou que aqueles que negaram a democracia virão pleiteá-la para apedrejar a Gestão e ele não estará aqui nos próximos dois anos por culpa de um regulamento vergonhoso, feito por pessoas que não deveriam estar aqui. Regulamentos feitos por pessoas do executivo da Universidade e ninguém podia falar nada. Disse que a Gestão anterior jogou para debaixo do tapete o problema da permanência nas três categorias e agora a Universidade está sendo cobrada em razão da crise. Salientou que falava a verdade e continua a fazê-lo, mas com um ambiente bem melhor e que o restante da Universidade ficava num canto do corredor com medo de qualquer coisa. Afirmou que as pessoas a quem se dirige se reconhecem. Solicitou ao Presidente que trabalhe na conquista do adicional de penosidade, pois é uma forma de fixação dos servidores. Comentou também sobre as obras na UNIPAMPA e solicitou uma atenção especial ao Campus Bagé, para que a Reitoria possa se transferir para o Campus e terminar com o pagamento de aluguel. Disse que todas as vezes em que reclamou das condições dos prédios estava cumprindo seu dever como conselheiro.

3.2 O conselheiro Renato Costa agradeceu pelo período que esteve neste Conselho e disse que foi um processo de muito aprendizado, com vivência política importante para se entender como funciona a Universidade. Salientou que participou

de comissões importantes, nas quais teve a oportunidade de conhecer o pensamento das pessoas que hoje dirigem esta Universidade por isso, fará colocações em nome dos debates realizados nas comissões e das propostas da chapa que se consagrou vencedora. Ressaltou votos de sucesso aos Gestores e que estejam certos que sempre terão nele uma pessoa atenta e com o desejo de que consigam cumprir o projeto de campanha. Solicitou que as suas colocações constem em ata. A primeira diz respeito à Comissão do Regimento da Reitoria, quando visitaram todos os *campi* e, também na época de campanha, quando ficou muito claro que as pessoas não queriam que os Pró-reitores tivessem voto no Conselho. Disse que na própria campanha da chapa vencedora era isso que constava. O conselheiro Renato propôs uma alteração no Estatuto a fim de que os Pró-reitores não tenham direito a voto. No momento em que se fala em economicidade disse não fazer sentido. Lembrou que esse assunto foi muito debatido e que os Pró-reitores seriam convidados a prestar esclarecimentos quando necessário. Reiterou a necessidade de exoneração de todos os Pró-reitores Adjuntos, pois este era o pensamento de todos os que participaram desse projeto. Lembrou que ninguém entendia como legítimos os Pró-reitores Adjuntos por várias razões, mas hoje pela questão da economicidade, mais justo é. Sobre a Editora da UNIPAMPA, em cuja comissão participou ativamente, o conselheiro lembrou que a Resolução dava o prazo até janeiro deste ano para que fosse criado o Conselho Editorial. Disse que tratava desse assunto por e-mail com a então Pró-reitora da época, que em dado momento começou a responder, colocando o professor Hansen em cópia, alegando que essa seria uma deliberação dele quando assumisse a Gestão. Por isso, solicitou ao Presidente que a Resolução seja respeitada uma vez que estabelecia um prazo para a eleição nos *campi* para, a partir daí, formar o Conselho Editorial. Lembrou que a Gestão anterior dizia não haver CDs e FGs para gratificar esses cargos, por isso, também justifica a exoneração dos Pró-reitores Adjuntos e, que se utilize tais gratificações para constituir uma Editora que é muito mais legítima do que retroagir em uma proposta na qual acreditavam. O outro assunto trata da pactuação de quatorze vagas para o Curso de Direito. O Curso a priori recebeu duas vagas, entretanto, ressaltou o conselheiro, que a demonstração feita pelo Pró-reitor de Graduação provou a incrível demanda. Por essa razão, solicitou que as vagas restantes sejam liberadas para que não haja incapacidade de dar continuidade ao Curso. Por último, o conselheiro Renato se disse constrangido de relatar, mas que falava em nome de todos os docentes do Campus Livramento, porque neste momento fala-se em fim do autoritarismo, de uma Gestão clara, nova e comprometida com situações distintas das anteriores. Disse que relataria o fato e pediu que o corrigissem se estivesse errado, mas que pela documentação que chegou às suas mãos isso é a mais pura verdade. Expôs que há no Campus Livramento um processo para criar um Edital para afastamento de docentes para capacitação. Dessa forma, todos os docentes que se afastam para doutorado devem concorrer pelo regramento interno que estão discutindo naquela Unidade. Disse que no dia 18 de dezembro a professora Vanessa Dutra, Pró-Reitora da Gestão anterior, foi exonerada do cargo que exercia. Entretanto, um dia antes, dia 17 de dezembro, o então Vice-Reitor Almir envia uma correspondência ao professor Hansen dizendo que havia sido acordado que a Gestão concederia uma vaga de afastamento à Pró-reitora Vanessa. A professora Vanessa, dia 18 deixa de ser Pró-reitora e retorna ao Campus. O processo de seu afastamento foi para o Campus para ser analisado, e deveria passar pela Comissão Interna no Campus. Disse que a Reitoria solicitou o processo, que tramitou inteiramente dentro do Gabinete concedendo uma vaga com nome. Uma vaga de afastamento para que uma Pró-Reitora fizesse o seu

doutorado. Salientou que quando o assunto foi aberto para a comunidade docente daquele Campus a indignação foi total. Denominou de autoritarismo a interferência da Gestão em processos internos, uma vez que a professora Vanessa já havia retornado ao Campus. Dentro dos argumentos trazidos, disseram que ela era uma Pró-Reitora e que teve muito desgaste durante o processo. Disse que ninguém é Pró-Reitor por obrigação, que um Pró-Reitor recebe uma remuneração diferenciada no seu CD; tem diárias diferenciadas; no seu processo de progressão tem uma pontuação diferenciada para não ficar onerado com as outras questões. Salientou o conselheiro, que tudo isso é muito claro e que no final a Reitoria dá uma vaga para uma professora do Campus se afastar, causando indignação pela volta da velha prática de favorecimento. Também que o então Vice-reitor Almir dizia já estar pactuado com o Reitor eleito Marco Antonio Fontoura Hansen. Enfatizou que, se um acordo como esse é feito e aceito, pediu desculpas e disse que então o Presidente não era a mesma pessoa que defendia integridade e isonomia nos processos quando muitas vezes, nas comissões que participaram, levantavam ações desse tipo no plenário. Tantas vezes criticaram a antiga Gestão por favorecimento a algumas pessoas. Também disse não acreditar que esse procedimento tenha ocorrido só no Campus Livramento e que cabe uma revisão desse favorecimento à servidora e sugeriu o cancelamento do ato em nome da integridade dessa Gestão, de forma a não iniciar com uma mácula. Por fim, o conselheiro salientou que gostaria que tudo isso que ele falou não fosse real, que estivesse confundido e solicitou, nesse caso, que a conselheira Daniela Benetti confirme que o processo ainda está no Campus Livramento e que será apreciado adequadamente.

3.3 O conselheiro José Acélio também agradeceu aos colegas pelo tempo de convívio neste Conselho. Disse que se sentiu contemplado com algumas falas do conselheiro Renato, dentre elas a questão de os Pró-Reitores não terem direito a voto, já que são os únicos membros do Conselho Universitário que são indicados, e que essa era uma das discordâncias com a Gestão anterior. Salientou que a política brasileira é criticada diariamente pelos apadrinhamentos e entende que a Universidade precisa dar exemplo, portanto, os não eleitos não devem ter direito a voto uma vez que não representam a comunidade e sim, a confiança de algumas pessoas que foram eleitas. O conselheiro lembrou que quando tomou posse neste Conselho pediu que fossem respeitados os horários de início das reuniões e que sai reiterando a solicitação, pois o não cumprimento é uma terrível falta de respeito com as pessoas que os cumprem. Também registrou seu pedido aos novos conselheiros sobre a objetividade nas reuniões, já que muitos assuntos trazidos para discussão neste Pleno são assuntos que se estendem sem necessidade.

3.4 O conselheiro Cainã Lima Costa fez a leitura do pedido de afastamento e renúncia ao próximo mandato do conselheiro discente Fábio Diniz Chaves.

Às 12h40 a Reunião foi interrompida para o almoço e às 14h05 os conselheiros retornaram aos trabalhos.

O conselheiro Renato solicitou que Presidência respondesse os questionamentos feitos anteriormente antes de passar ao próximo assunto da pauta. A Mesa aceitou a sugestão.

Em resposta a solicitação do conselheiro Sérgio Meth sobre o adicional de penosidade, o Presidente informou que já estão gestionando junto ao Ministro. Além disso, será feita uma ação conjunta com os Reitores das Universidades fronteiriças do Brasil. Sobre as obras, o Professor Hansen informou que estão fazendo uma

reestruturação e um ordenamento de prioridades e será feita uma análise das obras que as empresas têm condições de dar continuidade. Disse que além da preocupação com a continuidade, há também atenção à manutenção dessas obras. O conselheiro Sérgio Meth insistiu que haja uma ação executiva mais forte para o término do bloco 5 do Campus Bagé.

Sobre os questionamentos do conselheiro Renato: o Presidente disse que qualquer conselheiro pode propor que os Pró-Reitores não tenham mais o direito de voto, mas que para isso é necessário alterar o Regimento Geral. Salientou que esta Gestão pretende trabalhar para os *campi* e para a Reitoria, já que somos uma única Universidade. Com relação à exoneração dos Pró-reitores Adjuntos disse que é uma questão bastante forte. Explicou que o MEC apontou, quando da apresentação do organograma que estava sendo concluído, a necessidade de haver uma homogeneidade, assim, todos os setores deveriam ter Pró-reitores Adjuntos. Salientou que a UNIPAMPA existe há dez anos e há oito como Universidade e só agora possui um organograma e que, independentemente disso, modificações podem ser realizadas se o coletivo assim decidir. O conselheiro Renato disse não contestar o documento entregue ao Ministério, mas a incoerência de terem participado durante dois anos de uma comissão sob a presidência do Conselheiro Maurício, chegando a conclusões pejorativas em relação à Gestão anterior, porque esta nomeava Pró-Reitores Adjuntos. Disse também, que os membros da comissão não reconheciam a legitimidade dos Adjuntos. Confessou sentir-se assustado com um documento que agora ratifica essa situação. Lembrou que ficaram dois anos discutindo e montando o organograma para que pudessem trabalhar no Regimento da Reitoria sem Pró-reitores adjuntos porque eles não eram pertinentes e, em poucos meses, a Gestão mudou de ideia. Fez questão de frisar que questiona a incoerência de uma comissão, onde o assunto de pró-reitores adjuntos era ponto pacífico e perguntou se um Pró-Reitor não tem condições de gerir a sua pasta. Em resposta o Presidente disse que o trabalho da Comissão ainda não foi aprovado em instância nenhuma e que o organograma é necessário porque a Universidade foi apontada pela CGU. Disse ainda o Presidente, que estão abertos a modificar qualquer parte da Universidade se o coletivo e o Conselho Universitário assim se manifestarem. Explicou que foi uma tomada de decisão de gestão, que não foi unilateral e que várias pessoas e setores colaboraram com esse trabalho, que foi muito elogiado em relação a universidades mais antigas que a UNIPAMPA. Salientou que o organograma será apresentado à comunidade e que, se houver necessidade de alteração, isso será estudado e trabalhado.

O Vice-Presidente, em resposta às colocações do conselheiro Renato, disse que, enquanto Presidente daquela Comissão no ano anterior, nos relatos feitos foram contrários àquela Gestão, no que se refere à adoção de Pró-Reitores Adjuntos, pois somente em algumas Pró-Reitorias tal cargo era adotado, não havendo unanimidade, o que de seu ponto de vista não era o ideal. Queriam uniformidade nas Pró-reitorias, coordenadorias e divisões, inclusive com a discussão de CDs e FGs. Alguns participantes inclusive divergiam desse pensamento e o assunto seria trazido a este Pleno. Salientou que este movimento não foi terminado enquanto comissão e lembrou que no fim de 2015, quando do pedido do conselheiro Renato, para que se reunissem a fim de formatarem o documento, a Reitoria já estava desprovida de recursos para a realização de uma reunião presencial. O tópico será repassado à nova comissão, que deverá ser composta a partir da posse dos novos conselheiros. Ressaltou que não eram situações defendidas por ele enquanto

presidente da comissão e que no momento de levar um documento ao Pleno, há a necessidade de se considerar a opinião do coletivo e que não é a formatação do documento que o valida. Disse que há registros do seu posicionamento quanto a uniformidade dentro da estrutura, coisa que, aliás, nem existia naquele momento. Eram todos contrários a um mecanismo de gestão sem equidade.

O conselheiro Diogo Elwanger solicitou à Mesa que haja celeridade nas discussões, sem desmerecimento do assunto que está sendo tratado, mas em razão da quantidade de pauta para ainda ser discutida.

O conselheiro Renato disse que em respeito à solicitação do conselheiro Diogo só faria o registro de que os processos foram interrompidos, não necessariamente por falta de recursos, mas por outros interesses que no momento não interessavam ser levados adiante. Rebateu as explicações do Vice-Presidente dizendo que poderiam chamar os outros membros da comissão que confirmariam o posicionamento de todos e que o documento não ficou concluído porque não houve interesse da Presidência naquele momento. Disse ser significativo quando se combate uma gestão, porque a posição limitava a quantidade de CDs, ainda mais quando se fala tanto em economicidade. Disse lamentar muito, pois tinha profundo respeito pelo debate e gostaria que o assunto tivesse chegado a este Plenário. O Presidente disse que criar a dúvida é fácil, mas o importante é agir em favor de melhorias. Sobre a Editora, o Professor Hansen esclareceu que o assunto está em andamento na PROEXT. A conselheira Nádia Bucco explicou que em janeiro o assunto entrou em pauta na Pró-reitoria, quando verificaram que, se o edital fosse lançado naquele momento coincidiria com o período de férias. A proposta de edital já foi encaminhada à CEG e conterà tudo o que está previsto na Resolução.

Com relação às vagas para o Curso de Direito, disse o Presidente que já estão com reunião marcada com a Diretora do Campus Santana do Livramento. Salientou que o MEC pactuou quatorze vagas em 2014, porém, nenhuma foi liberada ainda. Sobre a questão que aborda o edital de afastamento para docentes esclareceu que durante o processo de transição, recebeu dos Professores Almir e Ulla, a informação, comprovada em reunião, que já existia o critério de contemplar a Reitoria com número de vagas para afastamento de servidores, não só os dez *campi*. Assim sendo, essa vaga não é do Campus, é da Reitoria. Como a Professora estava na Reitoria, foi utilizado o Banco Equivalente e o Campus recebeu um substituto, não ocasionando prejuízo de ordem alguma. Salientou a importância de se pensar sempre na valorização dos servidores, inclusive dos que trabalham na Reitoria. Lembrou que veio de um Campus e que entende perfeitamente a situação, não se opondo a ela. Lembrou o caso do Professor André Lübeck, que era Adjunto, depois passou a Pró-reitor de Planejamento e em seguida se afastou para o doutorado. O conselheiro Renato solicitou que lhe seja mostrado o regramento que Pró-reitores têm privilégios, e que após cumprirem o seu mandato recebem um afastamento para doutorado e pós-doutorado. Disse ser irrelevante se a vaga foi para o Campus, inclusive acha que essa vaga deve ser devolvida, pois o que interessa é manter a integridade dos professores que estão lá. Entende que, a partir do momento que a professora retornou ao Campus, dia 19 de dezembro, o procedimento da Reitoria foi pegar novamente o processo para tramitação em separado. Lembrou que pró-reitores escolhem ser pró-reitores e para isso recebem um CD e diária diferenciada, na progressão é contemplado com pontuação diferenciada. Salientou que é

necessário colocar na Resolução que também serão contemplados com o afastamento, mas que isso precisa ser aprovado pelo Conselho Universitário. Frisou que, a professora Vanessa Dutra voltou e que a Reitoria interveio solicitando o processo de volta. Disse ainda, que há dois anos a Reitoria criou uma vaga com nome para o Campus Santana do Livramento e que o Presidente deve lembrar-se disso. E que ele, Renato, foi totalmente contrário e que agora a situação está se repetindo. Na sequência a conselheira Daniela Benetti solicitou fazer alguns esclarecimentos sobre esse processo. Disse que o mesmo foi protocolado dia 18 de janeiro logo após o retorno das férias, quando foi feito contato com a Reitoria para certificação de que essa vaga iria para o Campus a fim de desdobrá-la e ao mesmo tempo fazer uma seleção interna para ver quem seria o professor a ser beneficiado com esses afastamentos. Entretanto, não foi possível ceder no momento, porque além das outras nove Unidades havia a Reitoria, assim o processo tramitou via Reitoria. Sugeriu como encaminhamento, salientando que participou das Comissões de Alocação de Vagas e de Cargos e Encargos Docentes, que se planilhe todas as vagas de substituto distribuídas e a distribuir entre as unidades e Reitoria. Disse que há a necessidade de criar critérios. Também expôs ter ciência de que havia cinco vagas na Reitoria para capacitação de docentes e TAEs; uma usada para o Professor Lübeck, a da Professora Vanessa, solicitada em setembro, para a Professora Ulla e uma para a TAE Mônica Trevisan, o que indica que a procura é um pouco menor que a oferta. Por tudo isso reforçou a necessidade de uma melhor redistribuição das informações, pois dessa forma todos saberiam quantos substitutos teria para cada campus e para a Reitoria, deixando o processo mais transparente. O Presidente agradeceu as argumentações da conselheira Daniela e disse que as alegações do conselheiro Renato serão consideradas para que o processo seja completamente transparente. Em resposta ao questionamento do conselheiro Acélio, o Presidente explicou que sobre a questão dos Pró-reitores deve ser feito um estudo, no qual seja analisada a legislação, considerando a proporcionalidade de 70/30, exigida na LDB; quanto ao horário disse que isso depende dos próprios pares organizarem-se e sobre a objetividade, o Presidente justificou que é necessário passar aos conselheiros tudo o que foi realizado durante o período. Salientou que a PROGESP possui uma matriz de distribuição a partir de valores numéricos para se chegar às liberações. O conselheiro Sérgio Meth disse concordar com o conselheiro Renato, de forma que os Pró-reitores tenham direito de voz e não de voto. Ressaltou, entretanto, que uma vez aprovada resolução com esse teor, somente passe a vigorar daqui a dois ou quatro anos para evitar um desastre institucional. Finalizando este item de pauta, o Presidente agradeceu ao Fábio Diniz Chaves pelo empenho e comprometimento demonstrado enquanto conselheiro discente.

4. Assunto: Inclusões e Exclusões de pauta

4.1 O Presidente solicitou a exclusão do item 5.1 – Relatório de Gestão 2015, em razão do exíguo prazo para o parecer da Auditoria Interna e do CONCUR.

4.2 O Presidente solicitou a exclusão do item 6.1 – Apreciação da Ata nº 71, da 71ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário, realizada em Bagé, no dia 28 de janeiro de 2016 a pedido da Secretaria do CONSUNI.

Resultado: Aprovadas as exclusões por UNANIMIDADE.

4.3 O conselheiro Diogo Elwanger, seguindo o posicionamento de diversas universidades federais e da ANDIFES, solicitou uma moção sobre a crise institucional, econômica e política que o país atravessa.

4.4 O conselheiro Fernando Junges disse que tinha três inclusões a solicitar e que uma vem de encontro à solicitação do conselheiro Diogo, ratifica a solicitação,

pois acha fundamental o posicionamento da Universidade. Disse já ter visto outras instituições referendando a posição da ANDIFES. O conselheiro solicitou informações sobre a permuta de área do Campus Bagé. Disse que já houve todo o trâmite interno e encaminhamento ao MEC de onde aguardam manifestação. Esclareceu que essa permuta tem reflexo em várias ações do Campus como infraestrutura, organização, na instalação do Parque Tecnológico. Salientou a importância do assunto. O terceiro assunto disse ser diretamente ligado à PROAD. Explicou que o Campus Bagé cedeu espaço ao Almojarifado Central da UNIPAMPA, entretanto esse espaço é no 2º piso do prédio e está sendo armazenado muito material e disse que solicitaram um teste de carga e que pelo projeto o espaço comporta até 200Kg/m² de força. Solicitou uma especial atenção à Pró-reitoria para que realize o dimensionamento das cargas colocadas nesse almoxarifado, cuidando sempre para que haja distribuição homogênea dos materiais ali depositados. No momento da votação, o conselheiro Sérgio Meth disse que não deveriam misturar política com o Conselho Universitário. O conselheiro Mário Rosales solicitou saber o conteúdo da manifestação da ANDIFES. O Presidente explicou que somente irão votar a inclusão do assunto ou não.

Resultado: Aprovada a Moção de Apoio à Nota da Andifes. Abstiveram-se os conselheiros Carmen Lia Fros, Miriane Lucas Azavedo, Sérgio Meth, Denis Cobas, Milena Carvalho e Cainã Lima Costa.

4.5 O conselheiro João Cleber Theodoro de Andrade disse que tinha duas inclusões de pauta e uma solicitação de retirada de pauta. Para isso questionou a Mesa se os concursos serão todos realizados em Bagé. Se confirmado isso, o conselheiro se disse receoso com os aspectos legais e citou o artigo 15 da Resolução 84/2014 que trata das Comissões Locais de Concursos. Disse que se existem problemas estes são pontuais e não vê razão para mudar toda uma rotina em função desses problemas, além do ônus imediato ao processo. Deveriam propor às Unidades quem tem o desejo de fazer os concursos com o suporte da Reitoria e quem tem o desejo de fazer os concursos nas suas Unidades. É necessário que se façam mudanças na legislação e, se isso acontecer, deverá ser dentro deste Pleno. O Presidente esclareceu que estão na fase de estudos prévios de uma mudança nesse sentido, que nada está definido ainda, conforme relatou no início desta reunião. Com relação aos informes, o conselheiro propôs que as Pró-reitorias façam os encaminhamentos a todos os conselheiros com antecedência e, em surgindo alguma necessidade de interferência naquela pasta, o Pró-Reitor faça os esclarecimentos. Acredita que dessa forma o processo fica mais dinâmico. Sobre a solicitação de exclusão de pauta, o conselheiro João Cleber disse ser relacionada ao Controle e Registro das Atividades Acadêmicas de Graduação. Justificou que o documento possui 424 artigos que influem diretamente na vida acadêmica da Instituição, com vários pontos polêmicos e que gerarão vários debates. Lembrou que a Resolução 29/2011 com 151 artigos demorou cinco reuniões para ser aprovada. Disse ainda, que os novos conselheiros poderão retomar os debates de onde hoje teriam parado e por esse motivo, solicita a exclusão dessa pauta. O conselheiro Ricardo Ellensohn ratificou a exposição do professor João Cleber no que diz respeito às Normas de Graduação, solicitando o retorno da proposta aos *campi* a fim de que os pares possam analisá-la. A conselheira Nádia Bucco, reconhecendo o trabalho da Comissão que atuou na reformulação das Normas Acadêmicas, disse que basta retirar de pauta. Acredita que deveriam fazer modificações na estrutura do documento, onde há muitas omissões no que diz respeito ao funcionamento das Secretarias Acadêmicas e que talvez isso possa ser transformado em um manual, postado, inclusive, na página da Universidade, de fácil acesso e entendimento

também para os alunos. Dessa forma o documento ficará mais enxuto para que os acadêmicos tenham conhecimento e pertinência da norma que hoje está com 424 artigos. A conselheira Ana Cristina Rodrigues, seguindo a linha da conselheira Nádia, explicou que era a representante da Comissão Superior de Ensino neste Conselho e que trabalhou arduamente na composição desse documento. Salientou que em muitos momentos houve unanimidade dentro do processo, mas concorda com o pedido de retirada de pauta, e que o encaminhamento seja de retorno aos *campi*, entretanto, com muito cuidado. Disse que devem pensar em uma proposição, porque dentro desse processo, por duas vezes o documento retornou às Unidades com retrabalho em cima das situações previstas, o que resultou nesse número de artigos da proposta. Importante deixar claro o que são as normas efetivamente e o que são orientações para chegarem a um consenso. A conselheira Aline Balladares lembrou que, como Coordenadora Acadêmica até o final do ano passado, trabalhou muito em cima dessa proposta que vem sendo debatida desde 2013 e salientou que este documento possui muitas coisas melhores que a Resolução 29 e também concorda que está muito extenso. Também disse concordar com a conselheira Ana Cristina que um novo encaminhamento aos *campi* precisa de orientação da PROGRAD e da Comissão Superior de Ensino para que não haja retrabalho. O conselheiro Ricardo Carpes agradeceu as propostas de encaminhamento e disse que acha interessante fazer essa divisão entre normas e instruções normativas. A conselheira Aline solicitou que definam um prazo para que essa proposta tramite entre os *campi*. O conselheiro Fernando Junges também solicitou a tramitação da proposta e falou da necessidade de haver clareza com o intuito de dar suporte às Coordenações Acadêmicas nas Unidades. Salientou que isso, inclusive, desonera a PROGRAD. Lembrou que o parecer da CRN sugere algumas modificações, mas, de um modo geral, considera a norma boa e, se pretendem realmente que retorne às Unidades, então é necessário um encaminhamento que subsidie as Unidades. O conselheiro João Cleber manteve a proposta de exclusão de pauta do item 9.1. O conselheiro Ricardo Ellensohn disse que se a votação encaminhar a proposta para discussão nos *campi*, com orientação da PROGRAD, ele retiraria a proposta de exclusão do item. O Presidente explicou que agora somente votariam a solicitação de exclusão de pauta do item 9.1, proposta pelo conselheiro João Cleber e, caso a exclusão seja rejeitada, quando forem analisar o item em questão votarão o parecer da CRN. O Vice-Presidente propôs a manutenção da pauta.

Resultado: A proposta de exclusão de pauta do item 9.1 foi reprovada com 28 votos. Abstiveram-se os conselheiros Mario Rosales, Ana Eveline Marinho, Diogo Alves Elwanger, Milena Carvalho, Saulo Dias. Favoráveis os conselheiros João Cleber de Andrade, Carlos Dutra e Vicente da Maia.

5. Assunto: Gabinete da Reitoria

5.1 Retirado de pauta

5.2 Processo: 23100.000276/2016-31. **Origem:** NUDEPE. **Objeto:** Análise do Programa de Ações de Capacitação dos Servidores 2016.

Resultado: Aprovado com 31 votos. Abstiveram-se os conselheiros: Aline Balladares, Cleber Maus Alberto, Miriane Lucas Azevedo e Vicente Majó da Maia.

6. Assunto: Apreciação da Ata 71.

6.1 Retirado de pauta

7. Assunto: Comissão Especial para Análise de Concessão de títulos de Dignidade

7.1 Processo: 23100.000227/2016-06. **Origem:** ARInter/Conselheiros. **Objeto:** Concessão do Título de *Doutor Honoris Causa* a José Alberto Mujica Cordano, “PEPE MUJICA”. **Relator:** Diogo Alves Elwanger. **Parecer:** Favorável à concessão do Título. O conselheiro Diogo explicou que a Comissão fez a análise procedimental de acordo com a Resolução 51/2012 e fez um breve relato sobre o *curriculum vitae*, ressaltando todos os pontos do inciso IV do Art. 9º da mesma Resolução, onde consideram que Pepe Mujica distinguiu-se. Salientou que se aprovado será o primeiro *Doutor Honoris Causa* da Universidade e que outras universidades também têm motivos para conceder esse título a Mujica, pois é uma personalidade reconhecida dentro da sociedade, e que já foi homenageado pela Universidade de Buenos Aires (AR) e várias outras de mesma importância. Salientou que, se conceder o título de *Doutor Honoris Causa*, a UNIPAMPA será comparada à Universidade de Buenos Aires, pois isso representa a grandeza da Universidade. Salientou que também servirá de parâmetro para as próximas concessões. Após, o conselheiro Vicente da Maia disse que se dezenove conselheiros assinaram a solicitação, ele não seria deslegante contrariando a posição dos conselheiros. Disse admirar Pepe Mujica, considerado o Presidente mais pobre do mundo. Disse também, respeitar imensamente o trabalho do conselheiro Diogo, que ressaltou o lado do bem, mas dessa forma, sente-se na obrigação de trazer a visão da Comunidade Externa, a qual representa. Para isso conversou com pessoas ligadas à Magistratura, com políticos, estudantes e até com amigos uruguaios e, se disse preocupado com a imagem da Universidade se é positiva ou não a outorga da distinção de *Honoris Causa*. Disse também ser importante falar dos 80 anos de vida de Pepe Mujica, sem euforia e sem o entusiasmo de fatos que podem repercutir contra o meio acadêmico. Citou várias atividades que culminaram na prisão de Mujica por quatorze anos. O conselheiro fez questão de ler o seu parecer, que passa a fazer parte desta Ata. Após, disse que toda essa fundamentação, embora respeite totalmente as opiniões contrárias, lhe deixa confortável para ser contrário a essa homenagem, pois para receber essa distinção não se pode desconsiderar que o homenageado precisa ter uma vida retilínea. O conselheiro Renato se disse surpreso com as considerações apresentadas ainda mais após a brilhante manifestação do conselheiro Diogo. Disse que as considerações são pejorativas, uma tentativa de distorcer a vida de uma pessoa pública como Mujica. O conselheiro Mario Rosales salientou que Mujica pagou à sociedade pelos atos cometidos. O conselheiro Renato salientou que o movimento de Mujica foi provocador das modificações dentro do Uruguai. Disse, também, ficar assustado com elementos conservadores dentro da Universidade. O conselheiro Mario Rosales lembrou que décadas atrás, na América Latina, acreditava-se que o poder podia ser conseguido através da luta armada, onde se aceitava de tudo nessa luta. Lembrou que aqui há muitas personalidades espetaculares como Mujica. Salientou que Mujica chegou ao poder sem ódio ou rancor de quem o levou à prisão e que isso é admirável. O conselheiro Sérgio Meth disse que sua posição no Conselho é conhecida por todos e que vê o assunto dentro de uma perspectiva histórica. Salientou que Mujica é um homem extremamente forte e que de nada adiantou a repressão da ditadura Uruguia. Salientou a importância de se ver o lado neutro da História. O conselheiro Vicente lembrou que no início da sua fala deixou bem clara a sua admiração pelo senhor Mujica e que não veio aqui para que as pessoas digam coisas que ele realmente não falou, e que seu ato não é depreciador à figura do homenageado. Tampouco se posiciona furiosamente quando alguém tem opinião contrária a sua e

somente deu o seu voto fundamentado, que é contrário ao parecer emitido pela Comissão Especial.

Resultado: Aprovado com 32 votos favoráveis; abstenções dos conselheiros: Fernando Zocche, Cleber Maus Alberto e João Cleber Theodoro de Andrade e um voto contrário do conselheiro Vicente Majó da Maia.

8. Assunto: Comissão de Regimentos e Normas (CRN).

8.1 Processo: 23100.003383/2015-30. **Origem:** Conselheiro Diogo Alves Elwanger. **Objeto:** Proposta de Resolução de Instituição da “Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UNIPAMPA” (CIS/UNIPAMPA) e Aprovação do respectivo Regimento. **Relatoria:** Raniere Dourado. **Parecer:** Favorável à Instituição da CIS/UNIPAMPA e aprovação do respectivo Regimento. **Relatório do Pedido de Vistas:** Favorável à criação da CIS e a aprovação do Regimento com a supressão do Inciso VII do Art. 1º. A conselheira Milena Carvalho solicitou que o conselheiro César Techemayer justificasse a sugestão de exclusão do referido inciso. O conselheiro César disse que após análise na legislação pertinente verificou não constarem as atribuições especificadas no inciso VII. Também explicou que a CIS tem o enfoque de assessoramento à Gestão nas políticas de gestão no plano de carreira dos TAEs e no inciso em questão, fica com função executiva, por isso sugere a supressão do inciso VII. O conselheiro Diogo Elwanger disse discordar do conselheiro César, pois a CIS não tem função executiva, mas consultiva. Salientou que a CIS serve para supervisionar e fiscalizar a implementação do Plano de Carreira dos Técnicos, tanto que é um órgão com sustentação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, assim sendo, os incisos VII e VIII estão muito claros, ao se referirem à fiscalização, acompanhamento, supervisão e opinião, tendo isso, relação com as atribuições dos cargos. Se a CIS não puder opinar ou fiscalizar o redimensionamento da força de trabalho na Universidade não estará desempenhando as suas funções. Lembrou que a avaliação do desempenho e progressões funcionais está diretamente ligada ao Plano de Carreira. Também comentou da necessidade de tal Comissão, já que a UNIPAMPA foi criada há 10 anos e somente agora criará a CIS. Dessa forma, o conselheiro solicita a manutenção do inciso. O conselheiro César Techemayer disse respeitar a posição de quem trabalhou na normativa e reforçou a sua posição inicial quanto a importância dessa Comissão na Instituição, mas insiste que acompanhar, supervisionar e avaliar são funções de gestão e mantém a proposta de supressão do inciso VII. O Presidente sugeriu colocarem em votação o parecer nº 30 da CRN que é favorável à instituição da CIS e aprovação do respectivo regimento.

Resultado: Aprovado com 35 votos favoráveis e um voto contrário do conselheiro César Augustus Techemayer.

8.2 Processo: 23100.003381/2015-41. **Origem:** Comissão Especial do CONSUNI. **Objeto:** Proposta do Programa de Capacitação e Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UNIPAMPA. **Relatoria:** Diogo Alves Elwanger. **Parecer:** Favorável à aprovação. O conselheiro Diogo lembrou que o Plano é uma pauta dos Técnicos desde 2011 e só em 2014 foi criada uma Comissão para tratar do assunto. Nessa Comissão trabalharam o professor Hansen, a professora Nádia, a TAE Sandra, na época Pró-reitora de Gestão de Pessoal, o professor Ronaldo e todos os representantes TAEs deste Conselho. Salientou que em razão das severas restrições econômicas do país, que afetam diretamente a Universidade, o artigo 62 da Proposta foi reformulado. Também foi melhorada a redação do § 2º do artigo 63 e incluído o § 3º. O artigo 69 também necessitou alteração, onde se lê “..... 2016, leia-se 2017”.

Resultado: Aprovado por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação a conselheira Carmen Lia Remedi Fros.

9. Assunto: Comissão Superior de Ensino

9.1 Processo: 23100.001890/2015-39. **Origem:** PROGRAD. **Objeto:** Minuta de Resolução das Normas de Controle e Registro de Atividades Acadêmicas de Graduação. **Relatoria:** Diogo Alves Elwanger. **Parecer:** Favorável à aprovação com todas as alterações sugeridas. O conselheiro João Cleber de Andrade disse entender a necessidade de mais debate em torno dessa proposta e salientou que já possui o parecer para um eventual pedido de vistas a esse processo, caso o assunto encaminhe-se para uma votação com risco de aprovação da maneira apresentada. Explicou que o parecer possui sugestões em 45 artigos e acredita que deva ser compartilhado para reflexão já que qualifica mais a proposta. Entretanto, se optarem por uma devolução aos *campi* para um novo estudo, por sensatez não solicitará o pedido de vistas. O conselheiro Diogo disse que é uma normativa realmente extensa e que os membros da CRN levaram cinco dias para se apropriarem do documento e que as sugestões propostas estão todas dentro da legislação. Sugeriu que fosse levado à comunidade para um entendimento correto sobre o real trabalho nas Secretarias Acadêmicas e o impacto advindo do documento e que daqui a dois ou três meses seja convocada uma reunião somente para votar essa norma. A conselheira Ana Cristina reafirmou a necessidade em normatizarem uma série de processos vagos na Resolução 29 e como encaminhamento, propôs o retorno às Unidades com a ressalva de orientação de quais situações são essas que remetem à legislação e quais podem constar em uma Instrução Normativa. Acredita que dessa forma o trabalho será acelerado, inclusive com a composição de uma pequena Comissão dentro da Comissão Superior de Ensino, de quem participou da elaboração dessa proposta. A Conselheira Aline Balladares concorda com um novo debate sobre a norma desde que aconteça com prazo estabelecido. Sugeriu, entretanto, que a Comissão seja do Conselho Universitário, uma vez que a Comissão Superior de Ensino já emitiu o parecer. A conselheira Ana Cristina concordou com a sugestão da conselheira Aline e salientou que precisam orientar as Unidades sobre os aspectos que ficaram desatualizados pela emissão de novas diretrizes da graduação, por exemplo. Na sequência, a conselheira Daniela Benetti se disse preocupada com a urgência de se ter uma norma e salientou que essa, de certa forma, de acordo com o parecer da CRN, atende as necessidades da Instituição. Concorda que é extensa, é clara com relação às competências, aplicações etc. Assim sugeriu que seja feito um manual para os estudantes com detalhamento dos principais trâmites e fluxos das Secretarias Acadêmicas, de reopção, de transferência e assim por diante, e insistiu que a norma precisa ser clara. Lembrou que uma instrução normativa é ato do Reitor e não necessita aprovação deste Pleno. O Vice-Presidente, professor Maurício Vieira, chamou a atenção para o detalhamento da norma. Concorda com a conselheira Daniela e com a manifestação do conselheiro João Cleber, quando diz que muitos assuntos não foram contemplados e sugeriu um manual, normas menores, em blocos. Disse que do jeito que está, cada vez que melhorias forem necessárias, terão que trabalhar com uma norma de mais de 400 artigos. Para ele, os alunos não se apropriaram da Resolução 29 ainda, sendo necessário incentivar tanto o aluno quanto o coordenador de curso e o coordenador acadêmico. Disse que a legislação engessa muito a norma a ponto de torná-la tão extensa, embora esteja bem organizada. Dessa forma sugeriu que se fracione em resoluções menores, através do trabalho da PROGRAD ou Comissão Superior de Ensino, facilitando o acesso e o

entendimento. O Vice-Presidente fez questão de ressaltar que não é desqualificar o trabalho, mas principalmente porque está muito engessado e longo para ser colocado em prática de imediato. Disse que devem levar em consideração que o documento não recebeu unanimidade de votos quando analisado, dando indícios que há necessidade de um debate mais aprofundado, o qual resultará em um produto melhor aproveitado na hora da sua execução. Também sugeriu que em uma reunião se aprove uma norma com as temáticas da Graduação, desta forma, na próxima reunião do CONSUNI aprovariam a norma de avaliação, de estágios, de TCCs e assim sucessivamente e, ao final do processo teriam condições de trabalhar em um processo de melhoria das normas menores. Sem mais manifestações, o Presidente concordou que a proposta deve ser devolvida às Unidades para um novo debate e perguntou aos conselheiros se estavam à vontade para procederem com a votação do parecer da CRN, que sugere a aprovação da Resolução das Normas de Controle e Registro de Atividades Acadêmicas de Graduação com alterações. Salientou, entretanto, que caso o parecer não seja aprovado farão a devolução para as unidades para reestruturação.

Resultado: O parecer da CRN foi reprovado com 28 votos contrários e um voto favorável da conselheira Daniela Benetti. Abstiveram-se os conselheiros: Fernando Junges, Mario Jesus Tomas Rosales, Ana Eveline Marinho, Diogo Alves Elwanger, Milena Skolaude Carvalho, Saulo Menna Barreto Dias. Ausente no momento da votação: Carmen Lia Remedi Fros.

O Presidente propôs que o processo retorne à PROGRAD, que fará a interlocução junto aos *campi* para que no prazo de dois meses retorne para apreciação. O conselheiro Cainã Costa explicou aos presentes que pela atual Resolução 29, o aluno provável formando só pode solicitar a modalidade especial de oferta de componente curricular quando tiver, no máximo, dois componentes curriculares que impeçam a colação de grau. E, no artigo seguinte diz que cabe à Comissão de Curso definir os componentes curriculares que não podem ser ofertados nessa modalidade. Disse que no Campus Bagé já aconteceu de um aluno ter que cursar mais um semestre pela falta de um componente que não foi ofertado. Solicitou que os discentes possam participar da comissão, uma vez que são afetados diretamente pela normativa e que eles têm muito a contribuir. O conselheiro Ricardo Carpes observou que providenciarão uma abordagem a todos os tópicos sugeridos e trabalharão junto aos *campi* para o melhoramento da proposta, com a maior agilidade possível após o retorno das Unidades, respeitando todos os trâmites necessários. O conselheiro Renato pediu que esclarecessem quais são esses trâmites, haja vista muitas vezes as coisas chegarem ao Campus com apenas três dias para decidirem. Dessa forma não conseguiram sequer organizar um debate. Disse que gera menos insatisfação se souberem o fluxo, garantindo também, segurança no processo. O conselheiro Ricardo Carpes explicou que de imediato consultarão os *campi* para saber de quanto tempo necessitam para fazerem as observações; logo após, o documento será atualizado e devolvido às Unidades a fim de verificarem se está tudo de acordo, a partir disso será encaminhado novamente a CSE e, se aprovado retorna para o CONSUNI. A conselheira Ana Eveline disse não ter ficado claro como garantiriam a participação discente na comissão. A conselheira Aline insistiu na clareza do fluxo do processo, o que a PROGRAD encaminhará aos *campi*, se é esse mesmo documento ou outro, já com alterações e quanto tempo a Pró-reitoria precisa para enviar o documento, quanto tempo as Unidades terão para devolver com as sugestões, depois à CSE e finalmente CONSUNI. A conselheira Daniela comentou que a cada dois anos há troca de conselheiros e isso gera um

retrabalho, até mesmo trabalho perdido e que discutiram essa norma em formato de emenda aditiva, modificativa e supressiva, passando pela CSE, com a participação das coordenações acadêmicas dos *campi*, os TAEs vinculados às coordenações acadêmicas também participaram dessa proposta. Comentou que a pouco falaram das comissões anteriores, sobre a alteração do Regimento, do Estatuto que é uma regra bem pequena e em dois anos ainda não ficou pronta. Por isso, foi enfática ao afirmar a necessidade de clareza de quem vai compilar para que essa norma entre em vigor no início do ano letivo de 2017, dando um prazo de transição para internalizar, capacitar, ler, reler e então aplicá-la. O Presidente esclareceu que pelo Regimento Geral, Art. 26, propor as diretrizes de ensino e as normas acadêmicas são competências da Comissão Superior de Ensino, mas reconhece a necessidade de um prazo maior para que os *campi* possam opinar e propor modificações para posterior retorno à CSE que com a PROGRAD trabalharão nas sugestões. Acredita que em média sessenta dias é um prazo adequado para o debate nas Unidades Universitárias. O conselheiro Ricardo Carpes explicou que o trabalho será feito a partir da proposta atual que é uma boa base de trabalho. O Presidente agradeceu a todos pelas sugestões.

10. Assuntos Gerais

10.1 O Presidente procedeu à leitura da nota da ANDIFES que passa a fazer parte desta Ata. O conselheiro Sérgio Meth manifestou-se contrário a moção de apoio à nota, considerando que a ANDIFES tem posicionamento político e considera que é melhor para a UNIPAMPA manter-se fora do parâmetro político. O conselheiro Renato Costa disse entender em certa medida a fala do conselheiro Sérgio, contudo diverge do posicionamento deste, pois acredita que a Universidade não pode ficar alheia à situação e a nota da ANDIFES não está partidizando, mas defendendo instituições e valores. Salientou que se o Conselho não defender instituições e valores chegarão ao momento do “vale tudo”. O conselheiro acredita que a Universidade precisa defender princípios, valores e instituições. O conselheiro José Acélio concordou com ambos e salientou que todos entenderam a conotação política do documento e sugeriu que se faça uma nota separada. O conselheiro Diogo afirmou que a Universidade não é uma ilha em si mesma, mas uma instituição pautada no princípio da democracia e é mister que se manifeste. O conselheiro Sérgio Meth disse respeitar a opinião do conselheiro, mas insistiu que essa moção é claramente pró-governo e é necessário que se entenda que há pessoas com opiniões diferentes, que a Universidade é um palco de debate, é do governo, mas não é governo e manteve-se contrário ao apoio. O Presidente lembrou aos conselheiros que ainda há uma Reunião Extraordinária para decidir a alteração do Regimento Geral e solicitou aos conselheiros que sejam breves nas suas manifestações. O conselheiro Fernando Zocche disse que esse tipo de debate não é um expediente a ser tratado neste Conselho, entende os diversos posicionamentos políticos e respeita todos, entretanto, que este não é o fórum para tratar esse assunto. O conselheiro Mário Rosales enfatizou que sua experiência de vida lhe mostrou que não se pode usar esse viés político, que só um trabalho sério, ideias livres, o conceito de pátria e as instituições mais sagradas é o que se deixa para os filhos. Assim, sugeriu que um texto próprio, não politizado, mantendo as conquistas da UNIPAMPA. O conselheiro Renato insistiu que a Universidade não pode ser apática, precisa dar um norte para a comunidade. Salientou que um posicionamento é a manutenção do Estado Democrático, da liberdade e que sem isso entramos em um estado de exceção. O Presidente colocou o assunto em votação.

Resultado: Aprovado referendo à nota da ANDIFES. Contabilizados: 16 votos favoráveis. Foram contrários os conselheiros Fernando Zocche, Cleber Maus Alberto, Daniela Benetti, Mario Rosales, Miriane Azevedo, Sérgio Meth, Denis Cobas e Cainã Lima, num total de 8 votos. Abstiveram-se os conselheiros Gustavo Santiago, Sandro Burgos, José Acélio da Fontoura Júnior e Marco Antonio Hansen, num total de 4 abstenções. Ausentes no momento da votação: João Cleber Theodoro de Andrade, Carmen Lia Fros, Carlos Dutra, Ricardo Ellensohn, Ana Eveline Marinho, Milena Carvalho, Saulo Menna Barreto Dias e Vicente Majó da Maia.

10.2 O Presidente parabenizou toda a equipe envolvida com o recredenciamento institucional e comunicou que o Campus Alegrete obteve conceito 4.

10.3 O conselheiro Ronaldo Colvero solicitou que sejam apurados os fatos relacionados ao envio de mensagem eletrônica após o término da reunião de dirigentes, considerando que o seu questionamento foi normal e que a reunião é o momento para dirimir dúvidas. O conselheiro fez questão de salientar que esse tipo de mensagem é expositiva, uma vez que todos os Diretores a receberam, e desnecessária na atual Gestão.

Nada mais havendo a tratar, às 18 horas e 05 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente do CONSUNI, Professor Marco Antonio Fontoura Hansen, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do Conselho Universitário. As declarações desta Reunião estão disponíveis.

Marco Antonio Fontoura Hansen
Presidente do CONSUNI

Sara Mascarenhas Tarasuk
Secretária Executiva do CONSUNI